



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Apelação: nº. 151896-7 – Recife

Apelante: Ayrton Pércles Lima Leal

Apelado: Banco Unibanco S/A

Relator: Des. Eduardo Sertório

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAS E MORAIS - ENVIO DE CARTÃO DE CRÉDITO SEM SOLICITAÇÃO DO CLIENTE - INCLUSÃO EM ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO INDEVIDA - ELEVAÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL - DECISÃO APELADA REFORMADA À UNANIMIDADE.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 151896-7 em que figuram como Apelante Ayrton Pércles Lima Leal. e como Apelado Banco Unibanco S/A, ACORDAM, em Sexta Câmara Cível, os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, o seguinte: "*À unanimidade, deu-se provimento a apelação nos termos do voto do relator*", tudo de acordo com o relatório, os votos, as notas taquigráficas e o termo de julgamento que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 20/12/05

Des. Eduardo Sertório

Desembargador Eduardo Sertório
Relator

5490

039 0247
Esse



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

040 0240
Esse

Apelação: nº. 151896-7- Recife

Apelante: Ayron Pércles Lima Leal

Apelado: Banco Unibanco S/A

Relator: **Des. Eduardo Sertório**

RELATÓRIO

Cuido de recurso apelatório (fls. 200/204) interposto por AYRON (autor) contra sentença prolatada pelo Juízo da 25ª Vara Cível da Comarca de Recife (fls. 298/309), nos autos da **Ação Ordinária de Reparação por Perdas e Danos**, promovida contra UNIBANCO, processo nº 001.2004.016570-2, (fls. 2/11).

Adoto o relatório contido na sentença (fls. 189 a 193).

Sentença: julgou procedente o pedido inicial para condenar apenas o UNIBANCO ao pagamento de R\$ 7,50 a título de danos materiais e em R\$ 1.000,00 por danos morais, e também, nas custas processuais e honorários advocatícios a base de 15% sobre o valor da condenação.

Acrescento:

Apelação de AYRON (fls. 200/204): requer a reforma da sentença *a quo* para aumentar a quantificação relativa ao dano moral arbitrado, ressaltando a idade avançada, a fragilidade de saúde e a reprovabilidade da conduta do UNIBANCO em enviar cartão de crédito e efetuar descontos em conta sem solicitação do cliente.

Contra-razões do UNIBANCO (fls. 213/221): pretende a manutenção da sentença recorrida, aduzindo gerar enriquecimento sem causa se for majorada a condenação em dano moral.

É o Relatório. À revisão.

Recife, 9 de dezembro de 2008

Fe. E. S. Sertório

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO

Relator

Despacho:

Revistos.

A pauta.

Recife, 25/05/09

[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

000 244

Apelação: nº. 151896-7- Recife

Apelante: Ayron Pércles Lima Leal

Apelado: Banco Unibanco S/A

Relator: **Des. Eduardo Sertório**

VOTO

Com o presente recurso apelatório, AYRON visa aumentar o valor de R\$ 1.000,00 conferido na sentença a título de dano moral, por não considerá-lo satisfatório a reparar o dano suportado.

Nesse propósito, pontua ser devido o aumento da indenização em decorrência da conduta do UNIBANCO de enviar cartão de crédito sem solicitação e, também, por descontar indevidamente valores em sua conta bancária.

Ressalta, por outra via, a condição de idoso e possuidor de problemas de saúde para justificar a maior gravidade do dano.

Ou seja, o cerne da contenda envolve exclusivamente a quantificação do dano moral para reparar AYRON por ter de suportar o recebimento de cartão de crédito sem haver solicitado, ter valores descontados em conta bancária, recebido cartas de cobrança e, ainda, ser negativado nos órgãos de restrição creditícia.

Pelo aparato fático é de se constatar a gravidade da conduta do UNIBANCO.

Inicialmente, é imperativo destacar a prática abusiva deflagrada nos autos, qual seja, o envio de cartão de crédito sem solicitação do consumidor, afrontando o artigo 39, III do CDC:

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

III - **enviar** ou entregar ao consumidor, **sem solicitação prévia**, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço;

Acerca da negativação de AYRON junto ao SPC e SERASA, (fls. 113/116) verifica-se terem ocorrido em momento posterior à propositura da demanda, porém não podem ser desconsideradas conforme entendeu o juízo sentenciante.

Nesse sentido dispõe o artigo 462 do CPC:

Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento da lide, caberá ao juiz toma-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a sentença.

Ora, a inclusão nos órgãos restritivos com o débito em discussão judicial na realidade acentua o dano moral suportado por AYRON.

Desse modo, visível o abalo emocional do autor a justificar sua reparação moral.

A doutrina, ao definir a ocorrência do dano moral, abarca o caso em análise, como se denota das lições de Savatier:

"é qualquer sofrimento humano que não é causado por uma perda pecuniária, e abrange todo **atentado à reputação da vítima**, à sua autoridade legítima, ao seu pudor, à sua segurança e tranquilidade, ao seu amor próprio estético, à integridade de sua inteligência, a suas afeições, etc".¹

Acerca da quantificação da indenização arbitrada a legislação trata do tema através de linhas gerais sem especificar valores precisamente a serem pagos.

Liquidar o dano consiste em determinar o *quantum*, em pecúnia, que incumbirá ao causador do dano despendar em prol do lesado.

A finalidade jurídica da liquidação do dano consiste em tornar realidade prática à efetiva reparação do prejuízo sofrido pela vítima. Reparação do dano e liquidação são dois termos que se completam.

De forma geral, o dano moral é fixado de acordo com o livre convencimento do juiz responsável pelo julgamento do processo, sendo certo que esse deve considerar a experiência, os casos análogos, as discussões doutrinárias e jurisprudências, a fim de tornar o valor fixado como fiel punição ao causador do dano e por outro lado não caracterizar o enriquecimento ilícito do ofendido.

A valoração do dano moral é juridicamente possível, devendo-se levar em consideração, de acordo com o critério da moderação e da razoabilidade, aspectos como: a situação econômica do causador do dano; seu grau de dolo ou culpa; sua conduta frente ao lesado, após o ato ilícito; as consequências do ato ilícito; a situação econômica do lesado e sua conduta, à época do fato.

Deve-se enfatizar, necessariamente, o equilíbrio correlativo entre o valor da indenização e o patrimônio do causador do dano, no caso, uma grande banco nacional.

Nesse sentido, convém trazer à colação ensinamento de Sérgio Cavalieri Filho:

"Cabe ao juiz, de acordo com o seu prudente arbítrio, atentando para a repercussão do dano e a possibilidade econômica do ofensor, estimar uma quantia a título de reparação pelo dano moral. (...) Razoável é aquilo que é sensato, comedido, moderado; que guarda uma certa proporcionalidade. A razoabilidade é o critério que permite cotejar meios e fins, causas e consequências, de modo a aferir lógica da decisão"²

Acerca da valoração do dano moral em caso de extrema semelhança ao presente, o STJ se pronuncia nos seguintes parâmetros, consoante ementa e voto abaixo transcritos:

¹ Traité de La Responsabilité Civile, vol. II, nº 525, in Caio Mario da Silva Pereira, Responsabilidade Civil, Editora Forense, RJ, 1989.

² CAVALIERI FILHO, SERGIO. Programa de Responsabilidade Civil, 3 ed., São Paulo: Malheiros Editores, 2002. p. 95/97

246

**INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. CARTÃO DE CRÉDITO
EMITIDO SEM SOLICITAÇÃO DO CLIENTE. INSCRIÇÃO NA
SERASA. QUANTUM INDENIZATÓRIO REPUTADO EXCESSIVO.**

- "O valor da indenização por dano moral sujeita-se ao controle do Superior Tribunal de Justiça, quando a quantia arbitrada se mostra ínfima, de um lado, ou visivelmente exagerada, de outro. Hipótese de fixação excessiva, a gerar enriquecimento indevido do ofendido" (REsp nº 439.956-TO, por mim relatado).

Recurso especial parcialmente conhecido, e, nessa parte, provido. (REsp 596.438/AM, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 04/05/2004, DJ 24/05/2004 p. 283).

VOTO

INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL REDUZIDA PARA R\$ 15.600,00 (QUINZE MIL E SEISCENTOS REAIS).

(...) Atento aos itens acima delineados, sobretudo os constantes das letras "c" (intensidade do constrangimento sofrido pela vítima e o grau da culpa do agente) e "d" (a gravidade da lesão), fixo a indenização em 15.600,00 (quinze mil e seiscientos reais), correspondente nesta data a sessenta salários-mínimos, valor que se compatibiliza com os precedentes oriundos deste órgão fracionário a propósito deste tema. A correção monetária flui a contar da data deste julgamento, uma vez que aqui operado o arbitramento definitivo.

Permanece a ré com os encargos sucumbenciais, visto que o vencedor substancial no litígio é o autor.

3. Isso posto, conheço, em parte, do recurso pela alínea "c" do autorizativo constitucional e, nessa parte, dou-lhe provimento, para reduzir a indenização ao valor de R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscientos reais), atualizável a contar desta data, mantidos os ônus sucumbenciais estabelecidos na sentença.

Assim, tendo em vista o envio de cartão de crédito sem solicitação do cliente, a ocorrência de desconto de valores em conta bancária, o envio de cartas de cobrança, a negativação em órgãos de restrição creditícia, a idade e saúde de AYRON e o poder financeiro do UNIBANCO, entendo que a indenização por dano moral deve ser elevada para a razoável monta de R\$ 15.000,00, em consonância com o patamar reparatório do STJ.

Face ao exposto, conheço do recurso apelatório e **DOU-LHE PROVIMENTO**, para reformar a sentença monocrática determinando a majoração do valor arbitrado a título de dano moral para o importe R\$ 15.000,00.

É o voto.

Recife,

11/09/09

f. Esg. Caut.

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – 21.09.09
APELAÇÃO CÍVEL Nº 151896-7 - RECIFE
APELANTE: AYRON PÉRICLES LIMA LEAL
APELADO: BANCO UNIBANCO S/A E OUTRO
RELATOR: DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
REVISOR: DESEMBARGADOR MILTON NEVES

RELATÓRIO À FL. 240 DOS AUTOS.

VOTO DO RELATOR ÀS FLS. 244/246 DOS PRESENTES AUTOS.

DESEMBARGADOR MILTON NEVES (PRESIDENTE E REVISOR)

O eminente Relator dá provimento ao apelo para elevar o valor da indenização para R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Meu voto de revisão é no mesmo sentido.

DESEMBARGADOR SÍLVIO BELTRÃO

Acompanho a Turma.

DECISÃO

“UNANIMEMENTE, DEU-SE PROVIMENTO AO PAELO, NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA”.